

A permissão à palavra impressa: condições de circulação dos primeiros jornais no Brasil e no Maranhão.

*The permission to the printed word:
conditions of circulation of the first
newspapers in Brazil and in Maranhão.*

Carlos Erick Brito de Sousa

Professor do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de São Luís, no Maranhão; mestre em Educação, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: *carloserick@yahoo.com.br*.

Artigo recebido em 19/01/2010
Artigo aprovado em 28/04/2010

Resumo

Na primeira década do século XIX, a palavra impressa começou a circular no Brasil, numa iniciativa considerada tardia. Foi nessa época também que, seguindo os ditames da imprensa oficial, apareceram os primeiros jornais maranhenses. Não tardou a surgir a manifestação de um jornalismo “virulento” para reagir às pressões exercidas pela administração colonial portuguesa. Pode-se observar que o nascimento da imprensa está ligado às singularidades e contradições de cada localidade onde emerge, sendo fundamental ao desenvolvimento de uma sociedade e às incursões que são feitas para se tentar (re)inventar o passado.

Palavras-chave: imprensa, história da imprensa, jornais do Maranhão.

Abstract

In the first decade of the nineteenth century, the word press starts circulating in Brazil, an initiative considered belated. Also in this period, following dictates of official press, appears the first maranhenses’ journals. It did not delay to rise a manifestation of a “virulent” journalism reacting to the pressures exercised by the portuguese colonial administration. We can observe that the birth of press is tied to singularities and contradictions of each locality where it emerges, being fundamental for the development of a society and to the incursions that we try (re)inventing the past.

Keywords: press, history press, Maranhão newspapers.

1. Ao entorno dos destílios: a “invenção” de uma história da imprensa

Trabalhar com a reconstrução da trajetória da imprensa é algo que atrai bastante a atenção de pesquisadores, visto que a possibilidade de lidar com as incursões no passado permite compreender (ou tentar compreender) os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais das sociedades de onde emergiram, observando sua importância na mediação social das informações na cena pública, nas tentativas de controle da opinião pública e de agendamento da sociedade diante de certos temas e discussões, dos discursos de verdade e de fidelidade, imputados aos relatos dos acontecimentos destacados pelo discurso jornalístico. Servindo de fonte para a História, os impressos contribuem como vestígios que auxiliam o empenho de averiguar as variantes estruturais que compuseram os diferentes cenários sociais nas épocas em que se desenvolveram.

Intenta-se, nesta produção, destacar as condições de desenvolvimento e circulação da imprensa no Brasil e no Maranhão quando foi permitida a circulação da palavra impressa pela Corte Portuguesa, numa manifestação que é considerada atrasada diante de outras realidades, inclusive em relação a vários países do continente americano, que já contavam com a publicação de periódicos de alcance local, nacional e internacional num período que foi considerado a “época de ouro da imprensa”. As tentativas de controle da informação rondaram a imprensa desde a sua chegada; no entanto, não tardaram a surgir iniciativas de insurreição, o que já desperta para o entorno das versões consideradas oficiais e as outras leituras da realidade, que podem ser ofertadas a partir das diferentes indicações destes materiais.

A atividade jornalística sempre exigiu dos seus produtores criatividade e um grande esforço intelectual, habilidades comunicativas de redigir para públicos heterogêneos e de interesses diversificados, além de importantes decisões a serem tomadas (o que e como publicar) a respeito da organização de seus relatos: enquadramentos, destaques, ênfases, seleções e exclusões. Sobre estas decisões também pairam interesses econômicos, políticos, de linha editorial dos veículos, questões subjetivas, desejo de ser reconhecido e ganhar destaque no meio jornalístico, obtenção de privilégios, saída na frente da concorrência etc.

Considerando-se esses pressupostos, ao se resgatar a História a partir dos relatos dos acontecimentos pela

imprensa, cabe localizar a posição desses impressos diante de suas relações/aproximações com determinadas versões político-partidárias, diante das características e condições de recepção (percepções e manifestações decorrentes do teor dos impressos pelo público-leitor) e diante dos outros impressos publicados no mesmo período. Analisando estas questões que perpassam as produções do campo jornalístico, o que não é algo tão fácil de realizar, será possível uma apropriação, de modo mais profícuo, destes materiais e das possibilidades que oferecem de apreensão dos contextos onde surgiram.

2. A expansão dos jornais

As interrogações acerca de “como tudo começou” sempre se apresentam diante das constatações sobre o início de uma determinada atividade ou um conjunto de práticas. Para as manifestações jornalísticas, é indicada sua aparição entre os séculos XV e XVI¹, cujo surgimento está relacionado às necessidades sociais da época e, desde estes “primórdios”, apresenta-se geralmente ligada ao relato de ações dos governantes; sustenta-se que eram relações, avisos e pequenas gazetas, sem uma regularidade na periodicidade dessas publicações. Já a partir do século seguinte, surgiram as primeiras folhas periódicas impressas, cujos modelos foram se estruturando até o século XIX, considerada a “época de ouro da imprensa”, em virtude da grande expansão dessa atividade.

Esta consideração sobre o desenvolvimento da imprensa está ligada a diversos fatores, dentre estes as alterações na concepção dos sistemas econômicos, os avanços tecnológicos e industriais daquele período, além dos novos ideais que se apresentavam aos princípios dos sistemas políticos, os quais ressaltavam a conquista de novos direitos e as expectativas em torno do “reconhecimento” da liberdade e reorganização dos governos sob uma perspectiva democrática. Traquina (2005) elencou algumas mudanças no plano social que contribuíram para o avanço da imprensa: a escolarização das massas e a instituição de escolas públicas em vários países, o que proporcionava um incremento no número de pessoas que aprendiam a ler (mesmo que de maneira rudimentar); o processo de urbanização e conseqüente crescimento de metrópoles como Londres, Paris e Nova Iorque; as novas possibilidades de lucro geradas pelo

¹ Maiores detalhes a este respeito podem ser vistos em Marques de Melo (1994).

avanço do capitalismo e pela poderosa maquinaria de que tais localidades dispunham, especialmente nas realidades europeia e norte-americana.

Dessa maneira, com os “avanços” oferecidos pelas novas possibilidades econômicas e pelo ensaio da formação de uma cultura letrada, havia novos e ansiosos leitores em busca de informações, ou seja, a formação de público para um novo produto a ser consumido – os jornais. Essa crescente expansão e o início da comercialização de notícias (produto oferecido pelos jornais) geraram uma série de mudanças no próprio modo de conceber a atividade jornalística, que passava agora a se tornar um emprego (dedicação exclusiva a esta atividade), de onde nasciam novos valores, como a procura pela verdade, a independência, a objetividade e a necessidade de oferecer serviços ao público. O jornalismo passava a ser encarado, então, como um negócio que poderia gerar lucros². Em decorrência disso, aumentavam-se as tiragens e estreitava-se a relação (“tirana”) do jornalismo com o fator tempo.

3. A chegada da imprensa ao Brasil: tentativas de controle x atos de vanguarda

Absorto dessas conquistas e evoluções da imprensa, pelo menos até a chegada da Família Real Portuguesa, o Brasil minguava diante de outros países (ou colônias) em que o acesso à palavra impressa já era permitido visto que, em território nacional, a administração colonial portuguesa proibia expressamente a tipografia e o jornalismo, asfixiando as manifestações livres do pensamento, uma vez que a palavra impressa era considerada crime. Segundo Bahia (1990), as razões de Estado eram garantir o colonialismo, conservar o despótico controle de seus interesses políticos e econômicos, e deter pela força as aspirações de liberdade e justiça.

Todavia, não demoraram a aparecer tentativas de burlar a repressão imposta pelo poderio português, a exemplo das gráficas clandestinas que desafiavam o

² Uma das expectativas ao redor dessa mudança no jornalismo, que se modernizava, aproximando-se das atividades empresariais, era que ele se tornasse menos dependente das relações estabelecidas com o campo da política. Na contramão dessa ideia, percebe-se que, com a necessidade cada vez maior de administração da visibilidade midiática pelos agentes do campo político, este tipo de relacionamento, que trouxe benefícios mútuos, tornou-se mais imbricado.

bloqueio das autoridades coloniais, dos panfletos, dos sermões que contestavam certos preceitos e atitudes da administração vigente no País e dos poemas satíricos (e do comportamento irreverente) de Gregório de Matos, alcunhado de “Boca do Inferno”. A punição para quem infringisse as ordens era bastante incisiva, incluindo o fechamento das tipografias consideradas clandestinas e sequestro dos tipos, além de punição dos infratores, que seriam presos ou exilados.

Em 1808, numa das naus da Família Real, veio a tipografia, que faria parte das instalações da Impressão Régia, de onde seria publicada, a partir de 10 setembro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso cuja circulação foi permitida. Numa iniciativa considerada como tardia e irônica, Portugal passou a aceitar na colônia (que agora se tornava a sede do poder real) a tipografia que tanto perseguia. O jornal reproduzia algumas notícias internacionais – as informações apresentavam atraso de quatro a seis meses em função do correio marítimo, mas a maior parte de seu “recheio” constava de relatos sobre decretos, proclamações, editais e ordens militares; os anúncios locais saíam em pouca quantidade (o que permite concluir que, mesmo estando no Brasil, o que mais interessava à elite portuguesa eram as novidades da Europa).

A permissão para publicação e circulação do primeiro jornal produzido no País só era apoiada porque se tratava de um veículo criado para informar a respeito da vida administrativa e da movimentação social do Reino, trazendo, em consonância com esta finalidade, o relato unilateral dos principais acontecimentos destacados. Assim, as versões oficiais publicadas continuariam corroborando o domínio ideológico da população³, de forma a dirimir as possibilidades de contaminação por ideias e ações revolucionárias. Além da proibição a outros impressos⁴ (exceto revistas, como *O Patriota* e *Idade*

³ A referência é feita, nesse caso, às pessoas inseridas nas discussões e decisões intelectuais, financeiras e políticas das principais cidades e províncias. O Brasil ainda era um país escravocrata, onde apenas uma pequena parcela (os mais abastados) tinha a possibilidade de receber formação no continente europeu e participar desses processos. O cenário educacional era bastante incipiente, sendo o ensino comandado, em grande parte, pela ordem religiosa dos jesuítas.

⁴ Essa situação durou até 1821, quando D. João VI retornou a Portugal e D. Pedro, príncipe-regente, decretou o fim da censura prévia, tornando livre a palavra impressa. A partir desse momento, começaram a se multiplicar as iniciativas de criação de novos impressos em vários cantos do País.

d'Ouro do Brasil, respectivamente a partir de 1813 e 1814 – que atendiam aos mesmos interesses e agradavam a D. João VI), era complicado manter a regularidade de uma publicação com periodicidade que se pretendia também regular, pois seus responsáveis tinham que pleitear oportunidade diante da forte concorrência pela impressão, que também dava conta da confecção de livros, documentos oficiais, cartazes, editais e fabricação de jogos de carteados (cujos agentes responsáveis tinham grande influência e impunham suas autoridades e relações de privilégio para facilitação das impressões).

Apesar do autoritarismo português, o jornalista Hipólito da Costa, considerado o Patrono da Imprensa Brasileira, conseguiu a façanha de, mesmo estando exilado, publicar de Londres⁵, a partir de 1808, o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, onde atuava como observador privilegiado dos principais acontecimentos do continente europeu (inclusive daqueles que Portugal não deixava circular nos impressos a que concedia permissão), os quais guardavam sua atualidade, especialmente pelas novidades que traziam e pelo diferencial da redação de quem o assinava. Hipólito da Costa defendia ideais liberais e democráticos, revelava a vontade de ver um Brasil livre e de costumes políticos mais civilizados⁶, além de pôr em xeque relatos supostamente falsos apresentados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. O jornalista estabelecia, desse modo, a complementação do diálogo, criticando de forma veemente as versões inconsistentes da imprensa oficial.

Havia toda uma rede de relações que tanto enviava informações para Hipólito (fontes epistolares) como colaborava para a entrada de seus impressos no País; percebe-se aí o apoio de uma parcela de pessoas influentes na sociedade. O jornal era encarado como material subversivo, sendo apreendido e censurado em todos os territórios lusitanos, onde a polícia se encarregava de tentar impedir sua circulação; porém, muitas destas empreitadas eram malsucedidas, e a voz do jornalista ganhava novos ecos.

⁵ Hipólito da Costa era perseguido político. No continente europeu, o jornalista contava com a proteção de políticos de grande influência.

⁶ Suas ideias, consideradas bastante revolucionárias para a época, faziam circular no País pressupostos para o embrião de novas conquistas, inspiradas no contexto europeu onde o repórter estava inserido. Hipólito defendia a independência do Brasil, a abolição da escravatura, além da criação de universidades que garantissem o acesso à formação de nível superior no próprio País.

Com as expectativas que foram geradas em torno da emancipação nacional, abriu-se um novo cenário para a imprensa brasileira, em que os jornais passaram a refletir a virulência com o engajamento político e ideológico nas questões e acontecimentos que refletiam a intensa fermentação revolucionária entre os que lutavam pela ou contra a Independência. Nessas disputas ferrenhas que dividiam opiniões e grupos de diferentes perspectivas políticas, sobressaíram-se os Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Maranhão e Rio Grande do Sul, onde apoiadores e contrários à independência se digladiavam por meio dos jornais. Tal contexto gerava na população a gana de ver a concepção de um jornalismo predominantemente literário – e dele participar –, em que os textos carregados de ironia e ricos em argumentação política (e apaixonados) eram verdadeiras *armas*, acompanhando e influenciando o contexto sociocultural da época. Esse tipo de linguagem utilizada no discurso jornalístico perseverou mesmo após a Independência, em 1822, uma vez que boa parte das mudanças esperadas acabou não se concretizando⁷.

Muitos jornais tiveram um caráter panfletário e vida curta, já outros impressos que surgiram nessa época, como o *Diário de Pernambuco* (1823), acompanharam as diversas mudanças pelas quais passaram a imprensa e a sociedade brasileira, sobrevivendo e sendo testemunha de importantes acontecimentos. Alguns periódicos apresentavam uma linha editorial mais “independente” de influências político-partidárias; outros mostravam mais volatilidade na defesa de suas ideias, modificando sua postura conforme seus interesses políticos e econômicos; muitos jornais sobreviviam apenas durante os períodos de discussões mais calorosas, alguns se intitulando como malaguetas (referindo-se ao posicionamento “apimentado”, malicioso de suas publicações), a exemplo de *A Malagueta* (1821), de Augusto May, e sua “sósia”, a *Malagueta Maranhense* (1843). Era o período dos pasquins, em que escritores e a intelectualidade se envolveram na produção da imprensa e fizeram da circulação e confrontação de seus *textos-armas* (em seus estilos pessoais) um momento ímpar de exercício da crítica e da “liberdade” de expressão na história do País.

⁷ Mais informações a respeito deste período e da história dos jornais brasileiros e maranhenses, ver Bahia (1990) e Jorge (1987, 1998), respectivamente.

4. Repercussões da imprensa no Maranhão

O Maranhão também foi palco de um jornalismo literário, que se apoiava na opinião e na crítica para imprimir o relato dos acontecimentos importantes (ou considerados importantes) pelos redatores dos primeiros impressos. É fulcral destacar que, em cada região, apesar de algumas similaridades, o jornalismo assumiu uma face de acordo com as singularidades e contradições do lugar de onde emergia. Já em 1821, após a liberação às tipografias e impressão de jornais, apareceu *O Conciliador do Maranhão*, num momento em que os habitantes da região passavam a ter acesso à imprensa periódica.

O Conciliador representava a imprensa oficial e tinha a pretensão de dominar a opinião pública e vencer o embate pela Independência, estando do lado da administração portuguesa, em uma fase bastante conturbada, quando, às vésperas e algum tempo depois de declarada a Independência, havia a recusa de portugueses que residiam nesse Estado e de maranhenses que compartilhavam dessa posição em aderir a ela, o que só aconteceu em 1823. Os principais fatores que os mantinham contrários à adesão, além da forte presença de portugueses no Maranhão, eram decorrentes da ligação pelos laços de ensino, visto que as famílias mais ricas enviavam seus filhos para receber formação na Europa, especialmente em Portugal, e de questões econômicas, cuja mudança política influiria ou prejudicaria suas redes de relações e condições financeiras.

O primeiro jornal maranhense divulgava que seguia os princípios da “imparcialidade, verdade e franqueza”; contudo, o que se percebia em seus relatos eram versões de teor favorável à administração portuguesa. Por não seguir o que preconizava, acabou gerando represálias, colaborando para discórdias político-partidárias e “incitando” respostas, o que ocorreu com a publicação de outras versões da mesma “realidade”, oriundas de jornalistas contrários ou revoltados com a suposta dissimulação. Um dos exemplos foi a criação do impresso *Folha Medicinal*, em 1822, cujo redator, Manoel Oliveira, foi perseguido pelos partidários da posição oficial, que se empenharam até na recusa da tipografia em imprimir as produções do jornalista. Dessa maneira, os impressos que se sucediam seguiam a mesma veemência nos debates, recorrendo, em certos momentos, até a acusações pessoais, injúrias e difamações; contudo, eram a elegância e as demonstrações de refina-

mento intelectual nas sátiras que encantavam os leitores e colaboradores desses impressos.

Essa disputa ferrenha pela utilização da palavra parece ter atingido seu ápice com as polêmicas travadas por Odorico Mendes, com seu “radicalismo e linguagem cáustica”, em *O Argos da Lei*, e Garcia de Abranches, com o *Censor Maranhense*, que revelava sua “virulência literária”, ambos surgidos em 1825⁸. Havia uma diferença de quase 25 anos de idade entre o primeiro, mais novo, e o segundo, o que repercutia na forma requintada da linguagem e na defesa dos ideais por cada um. Isto garantia aos leitores desses jornais de cunho panfletário que entrassem em contato com um “jornalismo sadio e vigoroso”, segundo as palavras do professor e pesquisador Sebastião Jorge, com as quais se concorda e que são aqui reiteradas. Este pesquisador ilustrou a importância e a competência do jornalismo que era feito naquele período, apesar das ressalvas sobre seus defeitos e virtudes, o qual ofereceu importante legado para a História da Imprensa.

Além das dificuldades estruturais para a produção dos seus pasquins, no que diz respeito aos materiais disponíveis para impressão e divulgação, no intuito de facilitar a sua circulação, a pobreza, a exclusão e a marginalização de determinados setores da sociedade, o analfabetismo, além de problemas econômicos, dificultaram o desenvolvimento da imprensa tanto na capital, São Luís, quarta cidade brasileira a “debutar” no jornalismo e berço da maior parte das iniciativas, como no interior do Maranhão⁹. No entanto, estas dificuldades que tornavam o processo de circulação dos jornais mais complicado (e considerado “tímido” com relação ao alcance, em alguns períodos) não tolheram a capacidade criativa e a teimosia dos intelectuais maranhenses em desafiar as adversidades e promover um debate político de alto nível, bem como em dar a visibilidade (midiática) necessária sobre as questões sociais, políticas, culturais e econômicas, sobre os processos decisórios que exigiam a participação da sociedade.

5. Considerações finais

Não houve, neste estudo, a pretensão de resgatar todo o contexto histórico do desenvolvimento da imprensa

⁸ Para maiores detalhes desses ricos embates intelectuais e jornalísticos, ver Jorge (2000).

⁹ A este respeito, ver Pinheiro (2007).

brasileira, especialmente sobre o século XIX, período em que a presente pesquisa se deteve com mais afinco. O esforço realizado quis dar conta principalmente dos cenários que compuseram as condições de acesso à palavra escrita pelos brasileiros tão logo houve a permissão de circulação dos impressos, mesmo que no início estivessem mais ligados às versões oficiais, as quais chegavam a gerar dúvidas a respeito de sua credibilidade, especialmente quando foi possível confrontá-las através de impressos que apresentavam outras releituras daquelas realidades destacadas pelo discurso jornalístico.

Como se viu, no Maranhão daquela época, de intensas atividades políticas, tiveram destaque tanto o refinamento cultural dos filhos de famílias ricas, que tinham a oportunidade de estudar no exterior e expressavam suas habilidades comunicativas nos impressos que produziam, como a “rebelião” em aderir à Independência. Tudo isto terminou por gerar um debate muito rico através dos pasquins que se multiplicavam pelas principais províncias brasileiras, e teve neste Estado grande veemência e virulência.

Cabe ressaltar que, apesar de expandirem e aumentarem sua circulação, só aos poucos os jornais brasileiros acompanharam o cenário internacional da “época de ouro da imprensa”, principalmente exportando certos modelos de jornalismo (norte-americano e europeus), que por aqui ganhavam novos contornos ao serem inseridos nas mediações sociais da informação, nos cenários e nas épocas em que se manifestavam. Estes contornos refletiam o desenvolvimento econômico, os ideais políticos seguidos e, ainda, as distintas conjunturas sociais brasileiras, uma ex-colônia (extremamente explorada), cuja “Independência” não havia promovido as transformações esperadas.

Em relação às características de formação educacional no Brasil, até as instruções rudimentares que favoreciam a entrada das massas (bem diferente dos países que já haviam “abolido” a escravidão e/ou em que as pessoas já trabalhavam sendo remuneradas) eram

precárias, e não parecia haver grande empenho nem interesses governamentais em implantar as bases de um sistema educacional público (de qualidade). Perseverava, então, a cultura de enviar os brasileiros mais abastados para o exterior, e esta seria a condição básica para a existência de uma intelectualidade que se manifestava também nos jornais, revelando suas identidades ou utilizando pseudônimos.

Mas era esta intelectualidade que voltava ao Brasil contaminada por novas ideias e sedenta por mudanças na conjuntura social, política e econômica do País, a exemplo do que almejava fazer Hipólito da Costa, com sua oposição aos primeiros impressos oficiais a circularem no Brasil. Mesmo considerando as restrições dessa circulação entre os “poucos” que tinham condições de exercitar uma cultura letrada (mas que realmente participavam ou tinham alguma possibilidade de influir nos processos decisórios do País), é importante destacar esse embrião que contribuiu para as conformações da imprensa e de seu papel na sociedade e que, naquele momento de repressão da liberdade, foi importante para mostrar que, no País, havia a formação de uma comunidade capaz de criticar, debater e fazer do jornalismo importante instrumento de defesa do que vários desses precursores consideravam como “justo”, revelando, denunciando e ampliando o debate público sobre estas questões.

Assevera-se que o nascimento da imprensa está ligado, portanto, às singularidades e às contradições (variantes estruturais e sociais, políticas e econômicas) de cada localidade onde emerge, tendo importância fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e para as incursões que são feitas com o propósito de “visualizar” a história do País, diante das tentativas de (re)inventar o passado. Nesse sentido, ao serem revisitados esses momentos da história da imprensa, é possível acompanhar sua evolução e participação/interferência nas mudanças de comportamento e interpretação da realidade.

Referências

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. V. 1. São Paulo: Ática, 1990.

JORGE, Sebastião. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão*. São Luís: PPPG/Edufma, 1987.

_____. *A linguagem dos pasquins*. São Luís: Lithograf, 1998.

_____. *Política movida a paixão: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes*. São Luís: Departamento de Comunicação Social/UFMA, 2000.

MARQUES DE MELO, José. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. (Comunicação de Massa)

_____. *História social da imprensa*. Porto Alegre: Edipuc/RS, 2003.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. 2007. 58p. *Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo: Umesp.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2005.